



GT 19. As tramas da intolerância e dos racismos religiosos e as mobilizações políticas por direitos das religiões de matrizes afro-brasileiras

Coordenador(es):

Dilaine Soares Sampaio (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Ana Paula Mendes de Miranda (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 1 - As tramas da intolerância

Debatedor/a: Rosiane Rodrigues de Almeida (INEAC)

Sessão 2 - As tramas do racismo

Debatedor/a: Lana Lage da Gama Lima (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 3 - As tramas da mobilização

Debatedor/a: Zuleica Dantas Pereira Campos (UNICAP - Universidade Católica de Pernambuco)

O GT tem como objetivo discutir os múltiplos processos que envolvem a intolerância religiosa e os racismos religiosos, envolvendo as tradições de matrizes afro-brasileiras, que transbordam o “campo” religioso, havendo imbricações com questões políticas, jurídicas, sociais e culturais. Almeja ainda refletir sobre os processos de (in)visibilidade desses conflitos no espaço público em diferentes contextos e seus efeitos nos planos pessoal, interpessoal e institucional. A discussão acerca da intolerância religiosa perpassa ainda pelos debates em torno de políticas patrimoniais, das políticas públicas e da presença dos símbolos religiosos nos espaços públicos, que são objeto de várias controvérsias, além de não possuírem a mesma recepção da sociedade brasileira. Um exemplo são os símbolos religiosos vinculados às religiões de matrizes afro-brasileiras, frequentemente e sucessivamente violados em proporções muito mais elevadas que outros símbolos religiosos, notadamente os vinculados às religiões cristãs. O GT incentiva a apresentação de trabalhos que procurem, a partir de perspectivas etnográficas, discutir o acirramento das intolerâncias, especialmente após as mudanças políticas vividas no Estado brasileiro, e pensá-las levando em conta a diversidade regional. E estimula o debate de eixos interpretativos para a realização de pesquisas nesse campo empírico, bem como sobre a perspectiva ética e a conjuntura de desmantelamento de equipamentos públicos de garantias de direitos.

Memórias documentadas do grupo ?Tradição dos Orixás?: reações e resistência afro-brasileira nos anos 1980.

Autoria: Luís Cláudio de Oliveira (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Edlaine de Campos Gomes

A reflexão proposta reúne experiências de pesquisas sobre formas de militância do ativismo negro emergentes nos anos 1980, marcados como o período de redemocratização, assim como foi a década dos cem anos da Abolição da escravidão, ambos ocorrendo em 1988. Em torno da intensa movimentação para os preparativos dos “Cem anos da abolição?”, a Marcha contra a farsa da abolição, reunindo mais de 5 mil pessoas no centro da cidade, unificou diversos setores do ativismo negro, e trouxe a temática do racismo para o debate público. Entre a segunda metade da década de 1980 e a primeira metade dos anos 1990 houve uma aliança política entre ativistas do movimento negro e líderes religiosos do Candomblé, em particular, e de outras vertentes do campo afro-brasileiro, em torno do desenvolvimento de ações para a



preservação de religiões de matriz africana no país. Era tempo também de crescimento de um novo campo religioso, iniciado em 1977, com a fundação da Igreja Universal do Reino de Deus e outras denominações subsequentes. O "Projeto Tradição dos Orixás" emerge neste contexto com o objetivo de organizar a partir de dentro dos terreiros a luta contra o racismo e a intolerância religiosa. Tinha como base o fortalecimento da tradição por meio do resgate e da valorização da memória baseada na afrocentricidade. A proposta do grupo incluía a produção de reflexão sobre a própria conformação interna dos terreiros, questionando a concepção de "religião" como conceito colonizador, inserindo a noção de "valores civilizatórios afrocentrados". O grupo se reúne no momento no qual emergia uma nova forma de disputa no espaço público, promovida por determinadas denominações do chamado "campo evangélico", que investiam em ataques aos terreiros e aos seus integrantes. O Tradição (in)surgiu e se organizou dando ênfase a ações sócio-jurídicas, produzindo documentos e ações judiciais contra a IURD, por exemplo. As narrativas desses personagens são analisadas com o objetivo de amplificar o debate sobre formas e ressonâncias da organização e da luta contra o racismo religioso e/ou intolerância religiosa, e possíveis impactos no processo de transmissão de memórias e formas de resistência contemporâneas. O intuito era organizar uma reação estruturada contra os ataques de igrejas neopentecostais. À época eram recém-fundadas, mas rapidamente ganharam notoriedade ao adotarem o discurso da batalha espiritual, a teologia da prosperidade e a ocupação de espaços centrais nas cidades, na política e em outros eventos da vida. A conexão entre organização interna e o embate com essas igrejas é fundamental na reflexão destes atores sociais sobre a trajetória do grupo como precursor do movimento de combate ao racismo religioso direcionado às religiões afro-brasileiras.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: